

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 3 de julho de 2026 • Nº 2332 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Crescimento do agronegócio amplia busca

PÁGINA 5

2026

Embraer entrega 65 aeronaves no 2º trimestre

A Embraer entregou 65 aeronaves no segundo trimestre de 2026, número 48% maior que o registrado no primeiro trimestre, e 7% acima de um ano antes. De acordo com a companhia, esse foi seu melhor desempenho de entregas no período durante os últimos 16 anos. No consolidado, entre janeiro e junho, a empresa entregou um total de 109 aeronaves, cerca de 20% a mais do que o primeiro semestre de 2025. Em Aviação Comercial, foram entregues 20 novas aeronaves no período, seis delas do modelo E195-E2, atualmente o maior jato da Embraer em produção nesse segmento. O volume cresceu 100% na comparação trimestral e 5% na anual. **PÁGINA 2**

RIO GRANDE DO NORTE

Lula inaugura túnel de transposição do São Francisco

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a chegada das águas do São Francisco ao Rio Grande do Norte é a realização de um sonho dos retirantes que foram obrigados a migrar para o Sudeste do país a fim de fugir da fome e da seca. O presidente participou da inauguração, na cidade de Luís Gomes, do Túnel Major Sales, que conecta as águas do São Francisco na Paraíba ao oeste potiguar. “Sempre disse que a seca é um fenômeno da natureza, que a gente não briga com a natureza. Mas a fome, por conta da seca, é falta de credibilidade, de caráter de quem governa o país ou os estados.” O presidente lembrou que ideia de fazer a transposição das águas do São Francisco remonta ao período do Império. **PÁGINA 7**

MGI

Estatais lucram R\$ 169,4 bilhões em 2025

O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) informou ontem, que as estatais registraram lucro líquido de R\$ 169,4 bilhões em 2025, alta de 45,4% em relação ao ano anterior. Considerando o triênio 2023-2025, o lucro acumulado se aproxima de R\$ 484 bilhões. Os dados são do relatório agregado das empresas estatais federais de 2025. Segundo a Pasta, os investimentos totalizaram R\$ 115,9 bilhões em 2025, consolidando o terceiro ano consecutivo de crescimento. Na comparação

com 2022, o investimento do ano passado foi 115% maior. Em 2025, as empresas estatais federais registraram faturamento de R\$ 1,4 trilhão, crescimento de 6,3% em relação a 2024, enquanto os ativos totais atingiram R\$ 7,2 trilhões e o patrimônio líquido superou, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 trilhão. As estatais federais formam um conjunto de 44 empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo Governo do Brasil. **PÁGINA 3**

MONTADORAS

Fenabrave projeta alta de 8,6% na venda de veículos em 2026



PAULO PINTO/ABRASIL

No ano de 2026, as vendas de veículos novos no Brasil devem apresentar um crescimento acima do previsto inicialmente pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Segundo projeção que foi revista e divulgada ontem pela federação, a venda de veículos novos deve crescer em torno de 8,6% neste ano, com mais de 5,2 milhões de unidades comercializadas. A projeção engloba o emplacamento de automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), ônibus, caminhões, motos e implementos rodoviários (como carrocerias). No início do ano, a entidade projetava crescimento em torno de 6,1% para este ano. Quando se consideram apenas automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, a estimativa atual aponta um crescimento de 7,9%, com expectativa de que 2,7 milhões de unidades sejam vendidas, bem acima do que projetava a entidade anteriormente, de crescimento de 3,02%. No segmento de motos, por exemplo, a Fenabrave espera um recorde histórico, com alta de 10% e vendas acima de 2,4 milhões de unidades. Em entrevista coletiva na capital paulista, o presidente da Fenabrave, Arcélio Junior (foto), disse que a federação precisou fazer uma revisão das projeções para o ano porque o setor vem apresentando um “crescimento acima do esperado”. **PÁGINA 2**

NEGOCIAÇÃO



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Brasil rebate EUA e diz que tarifaço afeta empresas americanas

Em documento enviado aos Estados Unidos (EUA), o governo brasileiro contestou a proposta de tarifaço de 25% contra produtos do Brasil sugerida pelo Representante Comercial dos EUA (USTR). O Itamaraty destacou que a medida prejudicaria as próprias empresas norte-americanas. “Amplas tarifas sobre produtos brasileiros imporiam custos reais à economia dos EUA”, conclui documento de 29 páginas assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto). O ministro Vieira lembrou que 43 empresas e associações comerciais americanas solicitaram a exclusão de produtos de quaisquer tarifas, “ênfaticamente a ausência de substitutos nacionais e o risco de os custos serem repassados aos consumidores e indústrias dos EUA”. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA 0,64% / 172.787,62 / 1.099,01 / Volume: 19.942.830.536 / Negócios: 3.077.062						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,50% (jun.)	EURO turismo	
Mais Negociados						Majores Altas		Majores Baixas		Taxa Selic		Compra: 6,0274	Venda: 6,20741
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Compra: 5,1945	Venda: 5,2078
B3SA3	14,61	+1,46	+0,21	PAT13F	35,00	+16,63	+4,99	LUXM4F	2,94	-15,76	-0,55	14,25%	-0,01%
COGN3	2,30	+0,44	+0,01	TOKY3	0,300	+15,38	+0,040	SNSY5F	1,31	-13,82	-0,21	0,1708%	0,01%
BBAS3	20,00	+1,37	+0,27	FSP11F	0,17	+13,33	+0,02	ATED3F	1,610	-12,50	-0,230	0,6717%	0,01%
MGLU3	4,27	-3,61	-0,16	FSTU11F	0,17	+13,33	+0,02	SEQL3	0,070	-12,50	-0,010	0,6717%	0,01%
BBDC4	18,16	+0,22	+0,04	TOKY3F	0,300	+11,11	+0,030	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	0,6717%	0,01%
												Compra: 5,9524	Venda: 5,9530
												Compra: 5,2375	Venda: 5,4175

MERCADOS



Bovespa sobe 1,59% aos 174,42 mil pontos; dólar fecha em queda

CAROLINE ARAGAKI/AE

Ainda que o movimento tenha arrefecido e sido envolto por baixa liquidez, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sustentou alta do início ao fim do pregão ontem. A máxima dos 174 mil pontos pela manhã veio com a leitura de que os Estados Unidos podem não precisar subir juros em 2026, após payroll mostrar criação de empregos menor do que a esperada.

Após abertura estável aos 171.697,17 pontos, o Ibovespa (Índice Bovespa) tocou máxima aos 174.425,69 pontos, com alta de 1,59%, diante da euforia dos mercados globais ao payroll, que mostrou criação de 57 mil empregos em junho, em resultado bem abaixo da mediana das estimativas coletadas pelo Grupo Estado, de 110 mil. Os números de geração de vagas de maio e de abril foram revisados para baixo.

O Ibovespa, por fim, fechou com alta de 0,64%, aos 172.787,62 pontos, levando o índice a reduzir a perda sema-

nal para 0,29% e alongando o avanço anual para 7,24%. O giro financeiro somou R\$ 19,57 bilhões. Por fim, todas as blue chips, tanto financeiras quanto de commodities, fecharam no azul: Petrobras ON (1,27%) e PN (0,34%), Vale ON (0,35%) e alta dos bancos de Itaú PN (0,07%) a Banco do Brasil ON (1,37%).

DÓLAR

O dólar chegou a ensaiar queda firme frente ao real pela manhã, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior após a divulgação do relatório de emprego (payroll) dos EUA de junho, mas ganhou força ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, cotado a R\$ 5,2083 (-0,04%). Na semana, acumula valorização de 0,79%.

Depois de tocar mínima a R\$ 5,1593 após a divulgação do payroll, o dólar começou a recuperar terreno, com ajustes intradia. No início da tarde, superou o nível de R\$ 5,21 e registrou máxima de R\$ 5,2197.

FIEMG

Acordo Mercosul-Japão pode beneficiar pauta de exportação

DENISE ABARCA/AE

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) está otimista sobre resultados de um possível acordo entre o Mercosul e o Japão, que está em fase inicial de negociação e é considerado "estratégico" pela entidade. Se confirmada, a parceria econômica tem potencial para beneficiar cerca de US\$ 1,7 bilhão ou 18,4% da pauta exportadora brasileira, especialmente alimentos e bebidas, ferroligas e óxidos de alumínio, segundo levantamento da entidade.

Nas importações, aproximadamente US\$ 4,6 bilhões em produtos - entre eles peças automotivas, veículos, máquinas e equipamentos - poderão ser contemplados com redução ou eliminação de tarifas, contribuindo para aumentar a competitividade da indústria nacional.

Ainda de acordo com a Federação, em 2025 o comércio entre Brasil e Japão movimentou US\$ 11,54 bilhões. "O avanço fortalece a inserção do Brasil no comércio internacional, amplia as oportunidades para a indústria nacional e cria um ambiente favorável à expansão do comércio, dos investimentos e da integração do país às cadeias globais de valor, em um contexto de reconfiguração das relações comerciais internacionais", avalia a Fiemg, em nota.

Atualmente, produtos como minério de ferro, café, carne suína, alumínio em formas brutas e álcool etílico já ingressam no mercado japonês com isenção tarifária, mas as negociações poderão ampliar as oportunidades para outros segmentos da pauta exportadora brasileira.

"Para a indústria, os ganhos podem ocorrer em duas frentes: com a ampliação do acesso de produtos brasileiros ao mercado japonês, especialmente nos setores que já exportam, e com a redução dos custos de insumos, máquinas e tecnologias importadas do Japão, fortalecendo a competitividade da produção nacional", afirma Verônica Winter, coordenadora de Facilitação de Negócios Internacionais da Fiemg, lembrando que o Japão é um mercado altamente exigente e as empresas brasileiras precisam estar preparadas.

Segundo a coordenadora, a aproximação entre os dois mercados também poderá impulsionar uma agenda mais ampla de cooperação. "Além dos efeitos sobre o comércio, há potencial para ampliar investimentos, incentivar a inovação, fortalecer iniciativas em bioenergia e descarbonização e contribuir para um ambiente de negócios mais competitivo e previsível para as empresas dos dois países", destaca.

A Federação ressalta ainda que a indústria de transformação e a agropecuária tendem a ser os setores brasileiros mais beneficiados por futuras reduções tarifárias, uma vez que respondem por cerca de 81,8% dos produtos com potencial de receber tratamento preferencial.

Outro efeito esperado é o fortalecimento dos investimentos bilaterais. Em 2025, o estoque de investimentos entre Brasil e Japão alcançou US\$ 27,9 bilhões, dos quais US\$ 27,8 bilhões correspondem a investimentos japoneses no Brasil, concentrados principalmente na indústria de transformação e no comércio automotivo.

MONTADORAS

Fenabrave projeta alta de 8,6% na venda de veículos em 2026

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

No ano de 2026, as vendas de veículos novos no Brasil devem apresentar um crescimento acima do previsto inicialmente pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Segundo projeção que foi revista e divulgada ontem pela federação, a venda de veículos novos deve crescer em torno de 8,6% neste ano, com mais de 5,2 milhões de unidades comercializadas. A projeção engloba o emplacamento de automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), ônibus, caminhões, motos e implementos rodoviários (como carrocerias).

No início do ano, a entidade projetava crescimento em torno de 6,1% para este ano.

Quando se consideram apenas automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, a estimativa atual aponta um crescimento de 7,9%, com expectativa de que 2,7 milhões de unidades sejam vendidas, bem acima do que projetava a entidade anteriormente, de crescimento de 3,02%.

No segmento de motos, por exemplo, a Fenabrave espera um recorde histórico, com alta de 10% e vendas acima de 2,4

milhões de unidades.

Em entrevista coletiva na capital paulista, o presidente da Fenabrave, Arcélio Junior, disse que a federação precisou fazer uma revisão das projeções para o ano porque o setor vem apresentando um "crescimento acima do esperado".

"A gente teve um crescimento acima do esperado, acima da nossa previsão inicial e, diante disso, ontem nós ficamos à tarde aqui revisando e reanalizando [os dados]. Conversamos sobre cada segmento e agora estamos reavaliando nossas projeções", disse.

CRESCIMENTO

No primeiro semestre deste ano, o setor como um todo apresentou uma expansão de 16,01%, com a comercialização de 2.715.403 unidades. "Nós tivemos neste ano um surpreendente crescimento na venda de veículos", ressaltou o presidente da Fenabrave.

Parte desse aumento, diz a entidade, se deve principalmente ao programa federal Carro Sustentável, que reduz as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros mais leves e sustentáveis. Também contribuíram para essa alta a redução de preços motivada pela concorrência e o crescimento de concessionárias

FENABRAVE



no país, que somam agora 8.401 filiais à Fenabrave.

Considerando-se apenas o emplacamento de automóveis e comerciais leves, o crescimento foi de 20,11% em relação ao mesmo período do ano passado, com 1.359.107 unidades. O segmento de motos também teve um bom desempenho entre janeiro e junho deste ano, com

1.174.459 unidades emplacadas, o que representou alta de 14,10% frente ao primeiro semestre de 2025.

Quanto aos segmentos de ônibus e caminhões, o desempenho ainda permanece negativo. No acumulado do ano, foi registrada queda de 9,09%, com 61.020 novas unidades comercializadas. Para o fechamento do ano, a projeção para caminhões e ônibus também continua negativa, com quedas de 7,8% (caminhões) e de 9,2% (ônibus).

"No segmento de caminhões, a gente teve um crescimento em junho de quase 15% em relação a maio e de 13,5% em comparação a junho do ano passado, basicamente impulsionado pelo programa Move Brasil", disse o diretor executivo da Fenabrave, Marcelo Franciulli.

Segundo ele, o programa Move Brasil, que oferece juros reduzidos na troca de caminhões mais antigos, continua ajudando, mas ainda não foi capaz de reverter a queda que já vinha ocorrendo há tempos no segmento de caminhões. "A informação que a gente tem é que os recursos aportados no Move 2 já terminaram. Porém tem muitas operações que ainda não se converteram em emplacamentos em função da burocracia", afirmou Franciulli.

MELHOR DESEMPENHO

Embraer entrega 65 aeronaves no segundo trimestre de 2026

CAMILA VECH/AE

A Embraer entregou 65 aeronaves no segundo trimestre de 2026, número 48% maior que o registrado no primeiro trimestre, e 7% acima de um ano antes.

De acordo com a companhia, esse foi seu melhor desempenho em entregas no período durante os últimos 16 anos. No consolidado, entre janeiro e junho, a empresa

entregou um total de 109 aeronaves, cerca de 20% a mais do que o primeiro semestre de 2025.

Em Aviação Comercial, foram entregues 20 novas aeronaves no período, seis delas do modelo E195-E2, atualmente o maior jato da Embraer em produção nesse segmento. O volume cresceu 100% na comparação trimestral e 5% na anual.

Na unidade de negócios de

Aviação Executiva, a companhia entregou 45 jatos entre abril e junho, um aumento de 55% em relação ao primeiro trimestre de 2026 e 18% na comparação com o segundo trimestre de 2025.

O desempenho foi favorecido pelo maior número de entregas tanto de jatos de pequeno quanto de médio porte, afirma a Embraer, "refletindo a sólida demanda no segmento e sua conti-

nua eficiência operacional".

Já a área de Defesa & Segurança não registrou entregas no trimestre.

Segundo a companhia, a expectativa para 2026 está mantida em 80 e 85 aeronaves entregues na Aviação Comercial e entre 160 e 170 na Aviação Executiva, o que indica alta próxima de 6% nas duas unidades na comparação anual.

2025

Perdas técnicas de energia na distribuição custam R\$ 11,7 bilhões

JOÃO CAIRES/AE

As perdas técnicas de energia elétrica nas redes de distribuição custaram aproximadamente R\$ 11,7 bilhões em 2025, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O valor foi calculado a partir dos montantes de energia perdidos nas redes e do preço médio da energia considerado nos processos tarifários do período, sem inclusão de tributos.

De acordo com a agência, as perdas técnicas somaram 45,2 terawatts-hora (TWh) no ano passado, o equivalente a 7,2% da energia injetada no sistema de distribuição. Esse tipo de perda decorre de fenômenos físicos inerentes à operação das redes elétricas, como o aquecimento

de cabos, transformadores e demais equipamentos utilizados para transportar energia até os consumidores.

Os dados da autarquia mostram ainda que as perdas totais no sistema de distribuição alcançaram 14,3% da energia injetada em 2025. Além das perdas técnicas, o índice inclui 45,0 TWh de perdas não técnicas, relacionadas principalmente a furtos de energia, fraudes em medidores, ligações clandestinas e outras irregularidades.

Segundo a agência, as perdas técnicas apresentaram comportamento estável em relação aos últimos anos. Dadas as características físicas do sistema elétrico, reduções expressivas nesses índices não são esperadas, diferentemente das perdas não técnicas, que podem ser mitigadas

por meio de ações de fiscalização, modernização das redes e melhorias na gestão das distribuidoras

A região Norte lidera as perdas técnicas e não técnicas, seguida pelo Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. As concessionárias de grande porte, cujo mercado é maior do que 700 gigawatts-hora (GWh), são responsáveis por quase a totalidade dos montantes das perdas não técnicas no Brasil.

As 10 distribuidoras com maiores montantes de perdas respondem por 76,2% das perdas não técnicas do Brasil, e apenas Light e Amazonas Energia respondem por 31,2%. O mercado de baixa tensão dessas duas distribuidoras representa somente 5,8% do mercado brasileiro.

PERDAS NÃO TÉCNICAS

Os níveis de perdas não técnicas dependem da gestão das concessionárias, das características socioeconômicas e de aspectos comportamentais existentes em cada área de concessão, segundo a Aneel.

"Como as concessionárias atuam em áreas de concessão com especificidades diversas, tais como características do mercado e variáveis socioeconômicas, a comparação entre elas considera um ranking de complexidade, elaborado a partir de modelos econométricos, que permite comparação do desempenho das perdas não técnicas das distribuidoras, conforme o porte e a posição neste ranking", afirma a autarquia em nota.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

MGI

Estatais tiveram lucro líquido de R\$ 169,4 bilhões em 2025

MATEUS MAIA/AE

O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) informou ontem, que as estatais registraram lucro líquido de R\$ 169,4 bilhões em 2025, alta de 45,4% em relação ao ano anterior. Considerando o triênio 2023-2025, o lucro acumulado se aproxima de R\$ 484 bilhões.

Os dados são do relatório agregado das empresas estatais federais de 2025. Segundo a Pasta, os investimentos totalizaram R\$ 115,9 bilhões em 2025, consolidando o terceiro ano consecutivo de crescimento.

Na comparação com 2022, o

investimento do ano passado foi 115% maior. Em 2025, as empresas estatais federais registraram faturamento de R\$ 1,4 trilhão, crescimento de 6,3% em relação a 2024, enquanto os ativos totais atingiram R\$ 7,2 trilhões e o patrimônio líquido superou, pela primeira vez, a marca de R\$ 1 trilhão.

As estatais federais formam um conjunto de 44 empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pelo Governo do Brasil. Cerca de 5% do PIB brasileiro e 6% dos tributos arrecadados no país têm origem nessas empresas.

O pior resultado apontado no relatório foi dos Correios,

com prejuízo de R\$ 8,458 bilhões, uma piora de 245,6% em relação ao ano anterior. O melhor desempenho foi do grupo Petrobras, com lucro líquido de R\$ 110,605 bilhões, um aumento de 198,9% na comparação com 2024.

A estatal atingiu sua maior produção total operada, com 4,32 milhões de barris de óleo equivalente por dia, aumento de 11%. A PPSA arrecadou R\$ 30,9 bilhões em 2025, superando a soma de toda sua arrecadação histórica anterior.

A Petrobras, o BNDES e o Banco do Brasil concentram 90,9% do lucro total das estatais federais em 2025.

A Telebras e a Infraero saíram de situações de prejuízo em 2024 para lucro líquido positivo em 2025. Na mesma situação estão mais quatro empresas. Por outro lado, outras seis estatais fizeram o caminho oposto, saindo de lucro em 2024 para prejuízo em 2025.

Segundo o MGI, o resultado positivo no exercício permitiu o pagamento de R\$ 84,2 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio ao conjunto dos acionistas, sendo R\$ 45,8 bilhões destinados à União. A queda de 44,6% em comparação a 2024 "reflete maior retenção de lucros para investimentos e expansão das empresas

2025

Cooperativas de crédito superam R\$ 1 trilhão em ativos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As cooperativas de crédito ultrapassaram pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão em ativos em 2025, consolidando a expansão do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Os dados constam no Panorama do SNCC, divulgado pelo Banco Central (BC).

O levantamento aponta crescimento sustentado das operações de crédito, maior captação de recursos e ampliação da presença das cooperativas no país. Ao fim de 2025, os ativos totais do segmento somavam R\$ 1,036 trilhão, alta de 17% em relação ao ano anterior.

CRÉDITO IMPULSIONA

De acordo com o levantamento, o avanço foi impulsionado principalmente pelas operações de crédito, que seguem como o principal componente dos ativos das cooperativas.

O setor também ampliou as captações, que alcançaram R\$ 834,4 bilhões, crescimento anual de 17,6%. O resultado foi favorecido pelo aumento dos depósitos a prazo e pelas emissões de letras de crédito, especialmente a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Os repasses de recursos ao setor também influenciaram o crescimento, com destaque para financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o Banco Central, esse movimento reforçou a capacidade das cooperativas de financiar operações voltadas a micro, pequenas e médias empresas, além do setor agroindustrial.

PRESEÇA AMPLIADA

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo expandiu sua atuação e passou a atender 59% dos municípios brasileiros em dezembro de 2025.

A base de cooperados tam-

bém cresceu de forma expressiva, chegando a 21,2 milhões de associados. Desse total, 17,8 milhões são pessoas físicas e 3,4 milhões, pessoas jurídicas.

O percentual da população vinculada a cooperativas de crédito aumentou em todas as regiões do país e atingiu 8,4% ao fim do ano, segundo o relatório.

PARTICIPAÇÃO MAIOR

O Banco Central destacou que a carteira de crédito das cooperativas cresceu 13,1% em 2025, ritmo superior ao restante do Sistema Financeiro Nacional, cuja expansão foi 8,5%.

Dessa forma, o cooperativismo ampliou sua participação no mercado de crédito, especialmente nas operações destinadas às pessoas físicas e às micro, pequenas e médias empresas.

Para a autoridade monetária, o crescimento do segmento contribuiu para fortalecer a concorrência, aumentar a eficiência do sistema financeiro e ampliar a inclusão financeira no país.

RISCO MONITORADO

O relatório também aponta aumento no risco da carteira de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para empresas.

Apesar da elevação, o Banco Central afirma que o nível de provisões permaneceu acima das perdas esperadas, enquanto os resultados do segmento continuaram positivos e os índices de capital seguiram em níveis considerados confortáveis diante das exigências prudenciais.

O levantamento mostra ainda que o número de cooperativas singulares em atividade caiu de 753 para 742 em 2025. Segundo o BC, a diminuição não comprometeu a expansão da rede de atendimento e da base de associados.

EMPRESAS

CNPJ com letras começa a ser emitido em 31 de julho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Receita Federal começará a emitir, a partir de 31 de julho, o novo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em formato alfanumérico, anunciou ontem o órgão. A principal mudança é que os novos cadastros poderão combinar letras e números, mantendo o total de 14 caracteres.

A alteração vale apenas para novos registros. Empresas que já têm CNPJ não terão o número alterado e não precisarão fazer qualquer atualização cadastral por causa da mudança.

Segundo a Receita Federal, a adoção do novo modelo, anunciado em outubro de 2024, é necessária para ampliar a quantidade de combinações disponíveis e garantir a continuidade da emissão de CNPJ nos próximos anos.

O QUE MUDA

Atualmente, todos os CNPJ são formados apenas por números. Com o novo modelo, as inscrições poderão conter letras e números na mesma sequência.

Mesmo assim, o CNPJ continuará com 14 caracteres. As oito primeiras posições identificarão a empresa, as quatro seguintes indicarão o estabelecimento como matriz ou filial e os dois últimos dígitos continuarão sendo numéricos, usados para verificar a autenticidade da inscrição.

Na prática, a mudança amplia significativamente o número de combinações possíveis, evitando o esgotamento da numeração disponível.

QUEM SERÁ AFETADO

A mudança vale apenas para empresas que receberem um novo CNPJ após o início da implantação.

Quem já tem um CNPJ continuará utilizando exatamente o mesmo número. Não será necessário solicitar novo cadastro, atualizar documentos ou alterar contratos por causa da mudança.

Além disso, o processo de abertura de empresas permanece o mesmo. A única novidade é que alguns novos CNPJ poderão ser emitidos com letras.

NEGOCIAÇÃO

Brasil rebate EUA e diz que tarifaço prejudicaria empresas americanas

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Em documento enviado aos Estados Unidos (EUA), o governo brasileiro contestou a proposta de tarifaço de 25% contra produtos do Brasil sugerida pelo Representante Comercial dos EUA (USTR). O Itamaraty destacou que a medida prejudicaria as próprias empresas norte-americanas.

"Amplas tarifas sobre produtos brasileiros imporiam custos reais à economia dos EUA", conclui documento de 29 páginas assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto).

O ministro Vieira lembrou que 43 empresas e associações comerciais americanas solicitaram a exclusão de produtos de quaisquer tarifas, "ênfatizando a ausência de substitutos nacionais e o risco de os custos serem repassados aos consumidores e indústrias dos EUA".

"Os participantes do mercado esperam que uma ampla implementação de tarifas prejudique, em vez de promover, os interesses econômicos dos EUA", diz o documento.

O Brasil ainda contestou a afirmação do USTR de que o Pix discrimina empresas dos EUA; defendeu decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) usadas para sustentar suposto prejuízo às empresas estadunidenses; além de argumentar que o tarifaço, caso adotado, não vai funcionar para reverter políticas brasileiras.

Publicado em junho, o relatório do USTR é resultado de uma investigação iniciada há um ano no governo de Donald Trump sobre supostas práticas "desleais" do Brasil no comércio, baseado na Seção 301 da legislação dos EUA.

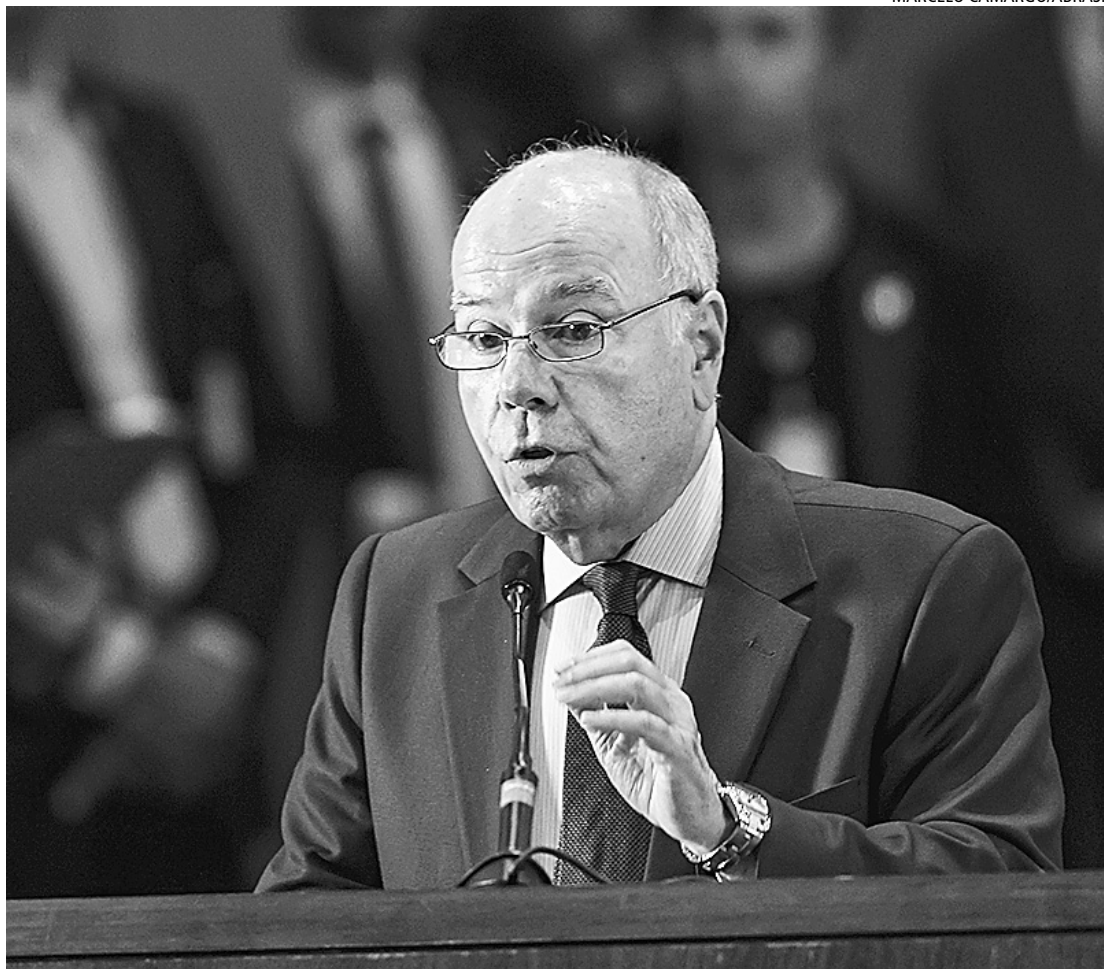
A resposta oficial do Brasil ao USTR, enviada nessa quarta-feira passada, afirma que a tarifa proposta corre o risco de minar, em vez de incentivar, o diálogo entre os países.

"Isso oneraria uma relação bilateral de comércio e investimento que é claramente importante para ambos os lados, ao mesmo tempo que reduziria o espaço para o diálogo mais capaz de produzir resultados práticos", afirmou.

Para o governo brasileiro, a ameaça do tarifaço foi politizada por autoridades dos EUA mirando as eleições de outubro no Brasil, usando esse processo como forma de interferir na escolha dos eleitores brasileiros.

DEFESA DO PIX

O documento enviado pelo Itamaraty defende o Pix, rebatendo os argumentos do USTR de que o mecanismo discrimina empresas dos EUA. O texto lembra que o Google Pay Brasil e a Visa, empresas dos EUA, atuam dentro do Pix.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

"Esses fatos contradizem diretamente a sugestão de que o Pix opera como um campeão nacional fechado do qual as empresas americanas são excluídas ou ao qual são submetidas em termos discriminatórios", escreveu o governo.

A resposta do Brasil lembrou ainda que os EUA também desenvolveram uma infraestrutura pública de pagamentos, o FedNow, criado pelo Banco Central do país norte-americano, o Federal Reserve.

O ataque ao Pix por parte das autoridades estadunidenses é visto como uma reação ao mecanismo gratuito de pagamentos que prejudicaram empresas dos EUA como MasterCard, Visa e o Whatsapp Pay, que cobram pelo mesmo serviço que o Pix oferece gratuitamente.

DECISÕES DO STF

O relatório do USTR também usou decisões pontuais do Supremo Tribunal Federal (STF) contra plataformas digitais sediadas nos EUA para sustentar a afirmação de que o Brasil estaria "discriminando" empresas norte-americanas.

"Qualquer alegação de irrazoabilidade a esse respeito é totalmente infundada, visto que o USTR sequer identifica, muito menos analisa, os fundamentos e o raciocínio articulados pelos juízes brasileiros ao ordenarem a restrição de conteúdo digital", diz o documento enviado pelo Itamaraty.

O ministro Mauro Vieira rebateu a afirmação de que as decisões do STF seriam "secretas", como diz o USTR, destacando

que a confidencialidade de processos judiciais é uma necessidade para manter a integridade das investigações.

Ainda segundo Vieira, o USTR não identificou qualquer norma na legislação brasileira que imponha um restrições a plataformas estrangeiras ou de propriedade dos EUA.

"Empresas que atuam em qualquer grande mercado estrangeiro podem ser obrigadas a cumprir as determinações legais internas e sofrer penalidades caso não o façam. Isso é uma consequência comum de operar sob a jurisdição de outro país soberano", afirma.

CORRUPÇÃO

O governo brasileiro ainda refutou os argumentos usados para justificar o tarifaço contra o Brasil envolvendo combate a corrupção, desmatamento ilegal, proteção à propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol brasileiro e os acordos entre Brasil e o México e a Índia.

O Brasil sustentou que os acordos comerciais com México e Índia foram negociados em conformidade com as regras do comércio global.

"A Seção 301 não autoriza os Estados Unidos a tratar acordos legais preferenciais como "irrazoáveis" simplesmente porque os Estados Unidos prefeririam não enfrentar a concorrência dos beneficiários desses acordos no mercado brasileiro", diz o documento.

Mauro Vieira ainda citou observações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne

países desenvolvidos, para defender que o Brasil tem um robusto sistema de combate à corrupção.

"As avaliações das organizações internacionais relevantes corroboram o histórico de aplicação da lei no Brasil e contradizem diretamente a caracterização de falha sistêmica feita pelo USTR", diz o relatório.

MERCADO DE ETANOL

O USTR aponta que o declínio das exportações de etanol dos EUA para o Brasil e o acesso do etanol brasileiro ao mercado dos EUA seriam "evidências" de que as políticas e práticas do Brasil oneram ou restringem o comércio dos EUA.

"A tarifa [sobre o etanol] se aplica igualmente a todos os países que não se beneficiam de um acordo preferencial e, portanto, não discrimina os EUA", justificou o governo brasileiro.

DESMATAMENTO ILEGAL

Sobre o desmatamento ilegal, o Itamaraty lembrou que o atual governo vem aumentando os gastos com monitoramento e combate aos crimes ambientais, destacando o país é reconhecido internacionalmente por uma legislação ambiental rígida.

"O USTR reconhece expressamente que o Brasil possui um arcabouço legal para o combate ao desmatamento ilegal e reconhece que o Brasil adotou recentemente medidas para aprimorar a fiscalização, incluindo investimentos em tecnologia e outras medidas relacionadas à aplicação da lei", diz.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
 ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, CNPJ: 29.435.005/0051-98, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2025/04091, Licença Municipal de Operação para a atividade hospitalar situada na Rua Dona Mariana, 217, 219, 223 com entrada suplementar Rua General Polidoro, 190 a 194 com interligação Rua Dona Mariana – Botafogo – Rio de Janeiro, RJ.



REDUÇÃO HISTÓRICA

SP atinge recordes na segurança pública com queda de roubos

O estado de São Paulo consolidou uma trajetória de redução histórica dos principais indicadores criminais desde 2023. Os resultados decorrem de uma política pública baseada em inteligência, tecnologia, inovação, integração entre as forças de segurança e fortalecimento do efetivo policial.

Os indicadores mais recentes ilustram esse cenário. Em maio deste ano, o Atlas da Violência 2026, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revelou que o estado de São Paulo registrou a menor taxa de homicídios dolosos do país, com 6,6 mortes por 100 mil habitantes em 2024 — a média nacional é de 20,1.

O estado também registra recorrentemente números mínimos da série histórica em diversos crimes. Em 2025, houve queda nos principais índices criminais acompanhados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), com a menor quantidade anual da história de roubos, homicídios, latrocínios, roubo de veículo e roubo de carga.

Os recordes se repetem em 2026. O primeiro quadrimestre do ano atual teve a menor quantidade da história de ocorrências de homicídios dolosos, latrocínios e roubos, quando comparado ao mesmo período de todos os anos anteriores, até 2001, início da série histórica da SSP-SP.

Por trás desses números está uma mudança estrutural na forma de enfrentar a criminalidade. O objetivo dessa mudança é que o Governo de São Paulo possa tornar a atuação policial mais precisa, preventiva e eficiente.

Com IA e 125 mil câmeras, Muralha Paulista fortalece integração da segurança em São Paulo

Principal programa de integração entre os níveis estadual e municipal de segurança pública, o Muralha Paulista reúne tecnologia, inteligência artificial e compartilhamento de dados para reforçar a prevenção e a resposta das forças policiais. A iniciativa cria uma rede inteligente capaz de dificultar a mobilidade criminal e tornar as ações de segurança mais eficientes. Atualmente, 94% dos municípios paulistas já aderiram ao programa, o equivalente a 607 cidades, e 228 estão totalmente integrados. A estrutura reúne 125 mil câmeras e sensores conecta-

dos e recebeu investimentos de R\$ 440 milhões.

O Governo de São Paulo também criou um cinturão de segurança e inteligência viária em todo o território paulista. A medida amplia a integração do Muralha Paulista com sistemas instalados em rodovias, serviços públicos concedidos e demais infraestruturas reguladas pelos órgãos parceiros. Com essa expansão, o programa passará a contar com mais 4 mil câmeras, fortalecendo a vigilância em todo o estado.

Os equipamentos cruzam informações com o Banco Nacional de Mandados de Prisão e utilizam reconhecimento facial para identificar automaticamente foragidos da Justiça.

O Muralha Paulista conecta, em tempo real, equipamentos de órgãos públicos e instituições privadas, bancos de dados de veículos e pessoas, indicadores criminais e informações georreferenciadas. O sistema utiliza computação em nuvem e inteligência artificial para apoiar a tomada de decisões, identificar padrões de criminalidade, direcionar recursos operacionais, fortalecer investigações e antecipar ações de prevenção.

A proposta é criar uma gestão mais integrada da segurança pública, baseada em evidências e no uso qualificado de informações. Com dados analisados em tempo real e sob curadoria humana, as forças policiais passam a atuar com maior precisão tanto na prevenção quanto na repressão ao crime.

Em 29 de maio, por exemplo, a Polícia Militar prendeu dois homens procurados pela Justiça durante a partida entre Palmeiras e Junior Barranquilha, válida pela Copa Libertadores, no Allianz Parque, na zona oeste da capital paulista. As capturas ocorreram após alertas emitidos pelo Muralha Paulista.

CRACOLÂNDIA

A região da Cracolândia, que chegou a concentrar cerca de 3 mil pessoas no início da gestão, teve seu esvaziamento em 2025. As ações integradas das forças de segurança resultaram em 23,4 mil detenções, na apreensão de 13,5 toneladas de drogas, na retirada de 682 armas de circulação e na recuperação de aproximadamente 2 mil veículos.

ACIDENTE/VOEPASS

Famílias acessam últimas conversas antes de acidente

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Quase dois anos depois, as investigações sobre o acidente do voo 2283 da Voepass em 9 de agosto de 2024 com a morte dos 62 ocupantes do avião entram em fase final. O inquérito da Polícia Federal deverá ficar pronto até o final deste mês, segundo a corporação.

Já o relatório final do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) da Força Aérea Brasileira (FAB) está em fase de revisão por autoridades internacionais, conforme o órgão.

De acordo com o advogado Luciano Katarinhuk, que atua na defesa das famílias, a expectativa é de que haja indiciamento de pessoas que não estavam a bordo e teriam responsabilidade pelo acidente.

O voo seguia de Cascavel para São Paulo e caiu em um condomínio de Vinhedo, no interior. Todos os ocupantes morreram, mas não houve vítimas em solo. Após o acidente, a Voepass teve o alvará de operador aéreo cassado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A reportagem entrou em contato com a Voepass e aguarda retorno. Antes, ao Estadão, a empresa havia informado que somente o relatório final do Cenipa poderá apontar, de forma conclusiva, as causas do acidente.

Na terça-feira passada, representantes das famílias das vítimas do quinto acidente aéreo mais fatal da história no Brasil tiveram acesso à transcrição das conversas registradas na cabine da aeronave antes da tragédia. De acordo com a presidente da associação das famílias de vítimas do acidente, Fátima Albuquerque, os familiares estavam emocionados e preferiram não ouvir os áudios.

O delegado da PF optou então por apresentar apenas as transcrições. "O laudo pericial tem mais de 200 páginas e foi mostrado em primeira mão aos familiares, co-

mo a PF havia prometido. O que se confirmou é que haverá indiciamentos, ou seja, a responsabilização de pessoas criminalmente pelo que aconteceu", diz o advogado ao Estadão.

Segundo ele, o avião não poderia estar voando. "Todos os responsáveis que mantiveram esse avião voando devem ser responsabilizados, pois deveriam ter deixado o avião em solo. Se o piloto teve culpa, ele pagou com a vida, mas há outros culpados."

Conforme o defensor, o laudo pericial trouxe elementos relevantes, que não podem ser divulgados porque o inquérito está em sigilo. Pessoas que já foram ouvidas como informantes, agora prestarão depoimento como indicadas. "Houve uma sequência de fatores que resultaram no acidente e espero que não haja transferência de culpa para quem morreu", disse.

Fátima, a presidente da associação das famílias das vítimas, diz ao Estadão que saiu da reunião mais confiante de que os responsáveis serão punidos. "A nossa luta é para que as pessoas sejam indiciadas, principalmente aquelas que comandaram a equipe que culminou com a morte de nossos familiares. Os nossos não voltam, mas é necessário uma consciência da sociedade para que cesse esse tipo de comportamento no País."

Fátima é mãe da médica Arianne Albuquerque, que estava no voo. "Era minha filha única, minha vida. Quase dois anos depois, a gente está aqui dilacerada e só espera por justiça. O avião não quebrou naquela viagem, ele já estava quebrado. Não foi uma fatalidade", disse.

Para Fátima, ficou provado que o sistema de degelo não estava funcionando e havia previsão de chuva e frio durante a viagem. "Aquele avião não poderia voar. É uma questão de intenção, de não fazer a manutenção, não registrar o erro, submetendo a tripulação a uma situação de risco que foi pa-

ga com muitas vidas".

Famílias lutam agora pela responsabilização criminal e administrativa

Na esfera civil, a maior parte das ações individuais já avançou para acordos com as empresas envolvidas. As famílias lutam agora pela responsabilização criminal e administrativa de supostos envolvidos. Os nomes dos que possivelmente serão indiciados não foram divulgados.

Fátima diz que os familiares planejam fazer alguma cerimônia para lembrar os mortos, mas está sendo difícil para todos, pois a dor ainda é muito intensa. "Estão todos muito revoltados. Perdi minha única filha, uma médica excepcional. Tanto que os pacientes editaram um livro em homenagem a ela e quem lê o livro chora muito. A maioria das vítimas era muito jovem, tinham a vida pela frente."

Ela conta que a associação reúne quase 50 mães, mas algumas não participam porque ainda sentem muita dor. "Tem mãe com depressão, tem um casal que não sai do quarto. Uma mãe já morreu, não aguentou. Para nós, todos os dias cai o avião, todos os dias nós perdemos nossos filhos. Só nos resta esperar por justiça", disse.

COMO FOI

No início da tarde de 9 de agosto de 2024, o avião ATR-72-500 da Voepass caiu em Vinhedo, interior de São Paulo, matando 62 pessoas. A aeronave havia decolado de Cascavel, no Paraná. Os quatro tripulantes e seus 58 passageiros morreram após o impacto do avião bimotor contra o quintal de uma casa em um condomínio. Alguns corpos ficaram carbonizados.

A aeronave despencou 13 mil pés (4.000 metros) em dois minutos. Na ocasião do sinistro, o registro de voo do Flight Radar mostrou que o avião estava a 17 mil pés de altitude às 13h20 e a 4.000 pés (1,22 km) às 13h22,

SUS PAULISTA

Tabela aumenta oferta de exames e impulsiona atendimento do câncer

Entre 2022 e 2025, a Tabela SUS Paulista impulsionou um aumento de 50% na oferta de tomografias e ressonâncias magnéticas na rede pública estadual. Nesse período, o SUS paulista realizou 1,1 milhão de tomografias e 220 mil ressonâncias magnéticas a mais, elevando o total de exames de 2.408.179 para 3.603.418 tomografias e de 480.168 para 700.452 ressonâncias magnéticas, quando comparado a produção estadual de 2022 com 2025.

O aumento tem efeito direto sobre o atendimento ao paciente. Exames de imagem são decisivos para confirmar diagnósticos, definir condutas e iniciar tratamento com mais rapidez, sobretudo em casos de câncer e outras doenças que dependem de investigação especializada.

Na oncologia, o avanço também aparece na assistência. Os atendimentos em quimioterapia e radioterapia cresceram mais de 25% no mesmo período, ampliando a capacidade da rede pública para diagnóstico e tratamento.

O resultado está ligado ao reforço de financiamento promovido pela Tabela SUS Paulista, iniciativa do Governo de São Paulo que complementa os valores pagos pela tabela federal e amplia a capacidade de hospitais filantrópicos e unidades conveniadas ao SUS. Até o mês de abril deste ano, foram repassados mais de R\$ 10,5 bilhões dos cofres estaduais.

"A Tabela SUS Paulista en-



GOVERNO DO ESTADO DE SP

43% no registro de cirurgias oncológicas entre 2022 e 2025

O avanço está ligado aos reajustes promovidos pelo programa, que ampliou em 184% os valores destinados aos procedimentos cirúrgicos oncológicos e em 269% os recursos voltados ao atendimento clínico.

TABELA SUS PAULISTA

A Tabela SUS Paulista é uma iniciativa inédita do Governo de São Paulo que complementa em até cinco vezes os valores pagos pela tabela federal do Sistema Único de Saúde (SUS). Criado para corrigir uma defasagem histórica no financiamento da saúde, o programa fortalece a rede pública de atendimento e amplia a capacidade assistencial em todas as regiões do estado.

Inicialmente voltada aos hospitais filantrópicos, a iniciativa foi ampliada com a inclusão dos hospitais municipais na Tabela SUS Paulista, contemplando mais de 100 unidades em cerca de 77 cidades. A medida atende a uma demanda histórica dos municípios e fortalece o financiamento da atenção primária e especializada, ampliando a capacidade de atendimento à população.

Como parte da política de transparência da gestão, a Secretaria de Estado da Saúde disponibiliza a qualquer cidadão o acesso aos valores pagos por meio da Tabela SUS Paulista, detalhados por instituição beneficiada. As informações podem ser consultadas no portal: [ses.saude.sp.gov.br/ses](https://www.ses.saude.sp.gov.br/ses).

R\$ 136,41 pela tabela federal, passa a R\$ 204,61 com a complementação do Estado. Já exames como a ressonância magnética de coluna cervical/pescoço e a ressonância magnética de tórax, cuja remuneração é de R\$ 268,75 pela tabela nacional, chegam a R\$ 403,12 no estado de São Paulo.

A medida fortalece 800 hospitais filantrópicos e unidades conveniadas ao SUS em todo o estado. Além de ampliar a oferta de exames especializados, o programa contribui para reduzir gargalos históricos e melhorar o acesso ao atendimento em diferentes regiões paulistas.

CIRURGIAS

Os R\$ 10,5 bilhões investidos pelo Governo de São Paulo na Tabela SUS Paulista contribuíram, ainda, para o aumento de

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 159ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Atrium Participações Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (i) do "Instrumento Particular Da 6ª (Sexta) Emissão De Notas Comerciais, Com Garantias Real E Fidejussória, Em Duas Séries, Para Colocação Privada, Da Atrium Participações Ltda." (Nota Comercial), em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviar à Securitizadora, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais, conforme aplicável, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (i), alínea (a) da Nota Comercial; (ii) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (i) da Nota Comercial, em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviar à Securitizadora, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas assinadas pelo(s) representante(s) legal(is) da Devedora, na forma do seu contrato social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas nos Documentos da Operação; e (b) a não ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (ii), alínea (g) da Nota Comercial; (iii) Caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de até 31 de julho de 2026, para que as obrigações sejam devidamente cumpridas; e (iv) Aprovar a liberação das unidades A 101 e C 105, objeto das matrículas de nº 175.447 e nº 175.465, respectivamente, registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, constituídas como garantia da Emissão, a ser formalizada pela Securitizadora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia. Fica consignado que, após a liberação das unidades objeto da presente deliberação, a Razão de Garantia deverá permanecer devidamente enquadrada, observados os parâmetros e critérios previstos nos Documentos da Operação. (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@bolleiteiras.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br e indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando

POLÍCIA FEDERAL

Operação prende bicheiro, ex-presidente da Alerj e pastor

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

A lista de alvos da quinta fase da Operação Unha e Carne, deflagrada ontem pela Polícia Federal, inclui lideranças políticas, religiosas e da contravenção que atuam no estado do Rio de Janeiro. Foram cumpridos três mandados de prisão e um de busca e apreensão.

Os três mandados de prisão foram expedidos contra o contraventor do jogo do bicho Adilson Oliveira Coutinho Filho, conhecido como Adilzinho, o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Rodrigo Bacellar e o empresário e pastor Márcio Poncio. Além deles, o ex-deputado federal e filho do ex-governador Sérgio Cabral, Marco Antônio Cabral, teve contra si um mandado de busca e apreensão.

Em nota, a PF informou que a intenção desta fase da operação é aprofundar "a apuração de indícios de lavagem de dinheiro

praticada pelo chefe da nova cúpula do jogo do bicho e possível ramificação do esquema junto a integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro".

"As investigações prosseguem com a análise do material apreendido, a identificação do fluxo financeiro investigado e a apuração da participação de eventuais beneficiários, intermediários e operadores do esquema", informou a corporação.

A defesa do contraventor rechaçou a alegação de pagamento de vantagens indevidas a políticos ou agentes públicos. "A defesa confia no Poder Judiciário e no devido processo legal", concluiu a nota, assinada pelo advogado Ricardo Braga.

Conforme a Polícia Federal, as apurações começaram depois da apreensão de listas em poder do contraventor indicarem "a existência de registros relacionados a supostos pagamentos indevidos, doações eleitorais e contabilidade vinculada à lavagem de capitais".

A PF acrescentou que "as listas chamaram a atenção dos investigadores por apontarem possíveis repasses diretos de valores a agentes políticos do Estado do Rio de Janeiro".

PRESO DESDE FEVEREIRO

Adilzinho está preso desde fevereiro, quando foi encontrado em sua casa em Cabo Frio, na Região dos Lagos, por agentes da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (Ficco/RJ) e da Polícia Civil do estado (PCERJ). A ação também contou com o apoio do Ministério Público Federal (MPF). Naquele momento, ele estava foragido da Justiça Federal e era procurado pela Justiça estadual.

Além de ser apontado como integrante da nova cúpula do jogo do bicho do Rio de Janeiro e mandante de homicídios, Adilzinho é considerado o maior produtor e distribuidor de cigarros falsificados do estado. O contraventor teve outro pedido de prisão preventiva decretado pelo Tribunal de

Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), pela morte do policial penal Bruno Kilier da Conceição Fernandes, em junho de 2023, no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Sudoeste do Rio.

Com ele, foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) o ex-policial militar Rafael do Nascimento Dutra, o "Sem Alma", e Jefferson Rodrigues da Silva, o "Jefe".

O advogado Ricardo Braga disse à Agência Brasil que ainda não tem como responder sobre o desdobramento na Justiça do acúmulo de decretações de prisões contra o cliente. "Eu só consigo responder após ter acesso aos autos, que ainda não tenho", pontuou.

EX-PRESIDENTE DA ALERJ

Preso no Complexo Penitenciário de Bangu, em Gerició, na zona oeste da capital, Rodrigo Bacellar foi levado na manhã de ontem para a Superintendência da Polícia Federal, na região portuária do Rio.

vida da família.

NAS REDES SOCIAIS

A projeção nacional de Márcio Poncio está diretamente atrelada à vida hiperexposta dos filhos: Saulo e Sarah. As potências familiares, términos, traições, gestações e a rotina de luxo na mansão da família na Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio, transformaram a rotina de Poncio em um reality show acompanhado pelos milhões de seguidores do clã carioca.

Em 2022, o patriarca da família Poncio tentou uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro. Obteve cerca de 33 mil votos e terminou como segundo suplente. Em julho de 2025, tentou novamente o Executivo ao lançar candidatura em uma eleição suplementar para a Prefeitura de Três Rios, no Centro-Sul Fluminense, mas foi derrotado nas urnas por Jonas Dico (Podemos).

Na manhã desta quinta-feira, Poncio foi preso pela Polícia Federal em um apart-hotel na Barra da Tijuca, durante a 5ª fase da Operação Unha e Carne.

A investigação apura um suposto esquema de vazamento de informações sigilosas em favor da facção Comando Vermelho.

A reportagem busca contar com a defesa dos alvos da investigação. O espaço está aberto.

ESPECIAL

Crescimento do agronegócio amplia busca por planejamento patrimonial e sucessão familiar

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



contribuem para aumentar a resiliência das empresas familiares, favorecendo a continuidade das operações e a adaptação às mudanças econômicas. A organização ressalta que estruturas de governança, definição de responsabilidades e planejamento de longo prazo são instrumentos importantes para preservar negócios administrados por diferentes gerações.

Governança e sucessão ganham espaço entre produtores rurais

O planejamento patrimonial reúne diferentes mecanismos voltados à organização dos ativos financeiros e imobiliários, à definição de regras para a sucessão e à proteção do patrimônio familiar. Entre as alternativas mais utilizadas estão a constituição de holdings familiares, acordos societários, testamentos, seguros e instrumentos de governança corporativa, sempre de acordo com as características de cada propriedade e da legislação vigente.

Para o presidente da Comissão de Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Mário Delgado, o planejamento sucessório deve ser encarado como uma ferramenta de organização patrimonial e prevenção de conflitos. Em manifestações públicas sobre o tema, o especialista afirma que a antecipação da sucessão permite estabelecer regras claras para a transmissão dos bens e reduzir disputas familiares, além de conferir maior segurança jurídica ao processo.

A discussão também acompanha mudanças demográficas no campo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura destaca que a sucessão geracional é um dos desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar e da produção de alimentos, defendendo políticas e mecanismos que incentivem a permanência das novas gerações na atividade rural e fortaleçam a gestão das propriedades.

Com o crescimento do patrimônio rural e a consolidação do agronegócio como um dos principais motores da economia brasileira, especialistas avaliam que o planejamento patrimonial tende a ganhar relevância entre produtores de diferentes portes. A adoção de instrumentos de governança e sucessão passou a ser vista não apenas como uma medida voltada à proteção dos bens, mas também como parte da estratégia de continuidade dos negócios e de fortalecimento das empresas familiares diante dos desafios econômicos das próximas décadas.

POR REDAÇÃO

O avanço do agronegócio brasileiro tem levado produtores rurais e empresários do campo a ampliar a preocupação com a gestão do patrimônio acumulado ao longo dos anos. Com propriedades mais valorizadas, aumento dos investimentos e maior profissionalização da atividade, cresce também a demanda por planejamento patrimonial, organização societária e estratégias de sucessão familiar. O movimento acompanha a expansão econômica do setor e busca reduzir riscos relacionados à divisão de bens, à continuidade dos negócios e à preservação do patrimônio entre diferentes gerações.

O agronegócio segue como um dos principais pilares da economia brasileira. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio representou aproximadamente 23% do PIB brasileiro em 2024. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta que a agropecuária permanece entre os segmentos com maior contribuição para o crescimento econômico, impulsionada pelo desempenho das safras, da pecuária e das exportações.

Esse cenário tem resultado na formação de patrimônios cada vez mais expressivos no meio rural. Ao mesmo tempo, especialistas observam que muitas propriedades familiares ainda não contam com uma estrutura formal para tratar da sucessão, da governança e da administração dos bens. A ausência desse planejamento pode gerar disputas entre herdeiros, dificuldades na continuidade das atividades e impactos sobre a produtividade das empresas rurais.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o planejamento sucessório é um dos fatores que

INFECÇÕES

Pneumo 20 no SUS: o que você precisa saber sobre a nova vacina

DALILA SANTANA/AE

A vacina pneumocócica 20-valente (Pneumo 20) já começou a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Ministério da Saúde, a distribuição das primeiras 514 mil doses foi iniciada e a expectativa é chegar a 6,1 milhões até o fim do ano.

A Pneumo 20 foi incorporada ao SUS em 3 de junho e substituirá gradualmente a Pneumo 10 no calendário vacinal infantil. Segundo o ministério, a expectativa é ampliar a proteção e reduzir hospitalizações, sequelas e mortes associadas às infecções pneumocócicas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a doença pneumocócica é a maior causa de mortalidade infantil por doença prevenível por vacinas. No Brasil, entre 2023 e 2025, foram registrados 4,6 mil casos de meningite pneumocócica e 1,4 mil mortes. Entre crianças menores de 5 anos, foram 616 casos e 188 óbitos no mesmo período.

O QUE É A PNEUMO 20?

A Pneumo 20 protege contra 20 sorotipos do pneumococo (*Streptococcus pneumoniae*), bactéria que pode causar desde infecções mais comuns, como otite e sinusite, até pneumonia, meningite e sepse.

Segundo Juarez Cunha, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), o número que dá nome à vacina indica

justamente a quantidade de sorotipos contemplados. Atualmente, são conhecidos mais de 100 tipos diferentes da bactéria, e a ampliação da cobertura busca aumentar a proteção contra aqueles mais associados às formas graves da doença.

QUAL A DIFERENÇA?

A principal diferença está na ampliação da cobertura. Enquanto a Pneumo 10 protege contra dez sorotipos da bactéria, a Pneumo 20 amplia essa proteção para 20.

Para Cunha, a incorporação da nova vacina representa um "avanço importante". "Desde a introdução da vacina Pneumo 10, tivemos a substituição de sorotipos que ela não contemplava, em especial os sorotipos 19A e 3, que são os dois principais causadores de doenças graves causadas pelo pneumococo, especialmente meningite", explica.

Segundo Cunha, pacientes com doenças crônicas ou com o sistema imunológico enfraquecido estão entre os grupos que mais devem se beneficiar da ampliação da proteção.

O reforço deve ser aplicado com intervalo mínimo de 60 dias após a segunda dose. Até a conclusão da transição, as vacinas pneumocócicas 13-valente (VPC13) e 23-valente (VPP23) seguirão sendo usadas em situações específicas. Depois, o esquema vacinal passará a utilizar exclusivamente a Pneumo 20.

Nota

VACINA CONTRA VSR EM IDOSOS REDUZ INTERNAÇÕES EM 75%

O estudo que analisou dados de mais de 2,5 milhões de pessoas concluiu que a vacinação contra o vírus sincicial respiratório (VSR) em idosos esteve associada a uma redução de 75,6% das hospitalizações pela doença. Além disso, os pacientes vacinados que precisaram ser internados após a infecção apresentaram 63,1% menos problemas cardiovasculares graves, como infarto e AVC. O risco de piora de diversas comorbidades também foi menor, como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, diabetes e doença renal.

ADVOGADA DE DEFESA

Preso por estupro, Thiago Brennand se casa por procuração

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Thiago Brennand, condenado a mais de 20 anos de prisão por crimes que incluem estupro e agressões contra mulheres, casou-se ontem, com a advogada Karina Kufa, que integra sua defesa em processos criminais. O casamento foi realizado através de uma procuração pública no Cartório de Notas e Registro Civil de Potim, no interior de São Paulo. O noivo está preso desde 2023 em regime fechado na penitenciária da cidade.

A informação foi confirmada ao Estadão pelo cartório. O proclama (aviso de casamento), obrigatório por lei, foi publicado no dia 26 de junho, sob a matrícula 118661. A lei exige o conhecimento público do casamento para eventual manifestação de impedimento.

A união foi formalizada por meio de uma procuração pública, com poderes especiais, registrada em cartório. Com isso, não foi preciso que Brennand se deslocasse para o cartório, ou que o casamento ocorresse dentro da unidade prisional.

Para justificar a ausência do noivo em cartório, a administração da penitenciária de Potim emitiu um documento conhecido como 'atestado de permanência carcerária', comprovando que Brennand está preso.

Procurada pelo Estadão, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) informou que, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados, não divulga questões particulares do preso.

Em entrevista divulgada em redes sociais, Karina Kufa afirmou que se envolveu emocionalmente quando passou a integrar a equipe jurídica que atua nos casos envolvendo o empresário. Ela afirmou que está convencida da inocência do agora marido e acredita que ele será absolvido.

De acordo com a advogada, o relacionamento surgiu durante os encontros realizados no parlatório da unidade prisional. Karina afirma que os dois nunca tiveram contato físico e que a aproximação ocorreu ao longo das conversas mantidas por eles, separados por um vidro.

"Foi uma paixão pelas palavras. Me apaixonei pelo intelecto dele", afirmou. "Sabe quando a pessoa é o seu espelho? Foi um acontecimento de Deus, um encontro de almas e de intelecto. Com ele, consigo conversar de igual para igual", disse, em entrevista à Folha de S.Paulo.

Karina Kufa é divorciada e mãe de dois filhos. Segundo ela, ambos já foram informados sobre sua decisão antes de se casar.

Brennand tem um filho e

nunca oficializou uma união. Conforme relatado por Karina, ele teria dito ao pai que se casaria apenas uma vez. O pai do empresário teria dado um par de alianças aos noivos.

A advogada disse que, em relação a Brennand, as pessoas criaram "a imagem de um monstro", mas que ele seria uma pessoa "inteligente e interessante". Segundo ela, o empresário confia na reversão das condenações e na comprovação de sua inocência.

Em setembro do ano passado, Brennand recebeu uma pena de oito anos de prisão em regime fechado por estupro. Na mesma decisão, a Justiça determinou o pagamento de indenização de ao menos R\$ 200 mil à vítima. O processo era o nono enfrentado por Brennand e também o último que ainda estava em tramitação, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Ao longo das investigações e processos judiciais, Brennand foi condenado em cinco ações e firmou acordos extrajudiciais em outras duas. Os casos envolvem acusações de agressão, violência contra a mulher e estupro.

Entre as condenações estão a agressão contra a modelo Helena Gomes em uma academia na zona sul de São Paulo, o estupro de uma mulher norte-americana em sua mansão e o caso em que foi condenado por forçar uma ex-companheira a manter relações sexuais sem preservativo.

Thiago Brennand foi preso após ser extraditado dos Emirados Árabes Unidos, para onde havia viajado dias antes de ter sua prisão decretada.

Advogada especializada em Direito Eleitoral Karina Kufa é advogada especializada em direito eleitoral e ganhou projeção nacional após defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL). Mais recentemente, a advogada assumiu a defesa de aliados de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga. Karina é pós-graduada em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista do Tribunal Regional Eleitoral.

Ela foi professora coordenadora da pós-graduação lato sensu em Direito Eleitoral da Faculdade de Direito Público de São Paulo, da Escola Nacional de Advocacia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da especialização em Direito Eleitoral da Escola Paulista de Direito. Também presidiu o Instituto Paulista de Direito Eleitoral e é membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral

DEFESA DAS MULHERES

Lula defende aumento de pena para feminicídio

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem, aumentar a pena para homens que matam mulheres. O discurso punitivista, usualmente associado com políticos de direita, foi feito por Lula durante evento no Rio Grande do Norte (RN), e acontece em um momento em que seu principal adversário na disputa presidencial, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), enfrenta deslustramento com o público feminino.

Lula citou o Pacto contra o Fe-

minicídio, assunto frequente em seus discursos nos últimos meses. Falou que a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, está à frente dessa discussão e disse que é preciso "ser duro, porque é importante que todo homem saiba que só existimos porque nascemos de uma mulher".

"Nós estamos fazendo o Pacto contra o Feminicídio. E vamos endurecer. O cidadão que bater na mulher vai ter que ser punido, vai ter que utilizar tornozeleira e, se a mulher quiser, não vai nem encostar mais na mulher.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Dark Horse: STF e PF avançam em investigações sobre filme

RAISA TOLEDO/AE

Dois processos envolvendo o financiamento do filme "Dark Horse", sobre a carreira política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tiveram desdobramentos nos últimos dias. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça pediu na terça-feira passada, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre notícia-crime que aponta que recursos destinados à produção podem ter sido usados para financiar a permanência do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos.

O parecer do Ministério Público Federal é o que embasa a decisão do STF sobre se há elementos para abrir um inquérito ou se o caso deve ser arquivado.

Em outra frente, a Polícia Federal (PF) abriu inquérito para apurar se houve direcionamento de emendas parlamentares para entidades ligadas à produção do filme. Este processo está sob a relatoria do ministro Flávio Dino no Supremo

Em maio, o Intercept Brasil publicou gravações nas quais o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) solicita recursos ao banqueiro Daniel Vorcaro, fundador do Banco Master, para custear "Dark Horse". Parte do valor de R\$ 134 milhões negociado entre a família Bolsonaro e o banqueiro foi transferida para um fundo sediado no Texas, onde Eduardo mora, e do qual o advogado Paulo Calixto, ligado ao ex-deputado, é um dos controladores.

A notícia-crime que pede

apuração sobre a suposta relação de Flávio com Vorcaro e a estadia de Eduardo Bolsonaro nos EUA apresentada pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). Inicialmente, a ação foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes porque Lindbergh pediu a ampliação do escopo do inquérito que investiga atuação de Eduardo contra autoridades brasileiras, do qual Moraes é relator, para incluir também a conduta de Flávio.

Após parecer da PGR, o presidente do STF Edson Fachin decidiu redistribuí-la a Mendonça devido aos fatos narrados guardarem maior relação com a investigação sobre as fraudes do Master, da qual Mendonça já é relator.

Já o caso relatado por Flávio Dino apura o envio de R\$ 2 milhões em emendas parlamenta-

res, por Mário Frias, a uma ONG de Karina Ferreira da Gama, dona da produtora do filme de Bolsonaro. A justificativa das emendas aponta o financiamento de dois projetos sociais.

A investigação foi aberta após pedido da deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O gabinete da parlamentar apontou ligação entre empresas de Karina e suspeitas de que as emendas poderiam estar beneficiando ao filme sobre Bolsonaro. O ministro impôs grau 3 de sigilo às investigações, que permite que apenas ele e as partes tenham acesso ao conteúdo.

Em entrevista coletiva na quarta-feira passada, o diretor geral da PF Andrei Passos Rodrigues disse que inquérito para apurar os fatos foi aberto na última sexta-feira, 26, após autorização do STF.

EUA

Lula reage à carta de Flávio sobre tarifaço: 'É inaceitável o entreguismo'

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) respondeu à carta enviada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) afirmando que a família do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) quer se "submeter aos interesses" americanos com entreguismo.

"É inaceitável que a família Bolsonaro, com o seu entreguismo, queira submeter o Brasil aos interesses dos Estados Unidos, como fica claro no documento enviado hoje por um de seus integrantes ao governo norte-americano. Nós sempre vamos dialogar de igual pra igual com qualquer nação do mundo", disse Lula no X.

Lula chamou de "mais uma atitude de traidores da Pátria" o pedido de Flávio para que a tarifa de 25% sobre produtos brasileiros por supostas práticas comerciais desleais sejam adiadas para depois da eleição presidencial brasileira. "Nunca houve e não há qualquer justificativa para tarifaço agora ou depois", disse.

Na postagem no X, Lula voltou a creditar à família Bolsonaro o início da crise tarifária com os Estados Unidos. No final do texto, o presidente disse



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

que a soberania brasileira é inegociável e que o Brasil não está à venda.

O presidente também atacou Flávio, afirmando que um eventual fim do Mercosul seria um "ataque ao interesse do povo brasileiro".

"Defender o fim do Mercosul, o bloco econômico mais importante da América Latina e que acaba de firmar um acordo his-

tórico com a União Europeia, é outro ataque ao interesse do povo brasileiro", disse.

Lula disse também que a família Bolsonaro quer ceder o Pix para os Estados Unidos e disse que isso não será permitido. "É uma conquista do Brasil e não vamos abrir mão dele", declarou.

Ontem, Flávio enviou uma carta ao USTR pedindo a sus-

penção imediata da tarifa de 25%. Reunindo reportagens, o senador disse que a taxaço passou a ser explorada politicamente pelo governo. O senador declarou no documento que a medida foi convertida em uma acusação de traição ao País. "As tarifas propostas recompensariam exatamente os infratores que pretendem punir", afirma o documento do senador.

RELIGIÃO

Vaticano excomunga bispos da Fraternidade Sacerdotal São Pio X

O Vaticano excomungou os bispos da Fraternidade Sacerdotal São Pio X. O anúncio foi feito na madrugada de ontem. Os adeptos do grupo devem ser considerados cismáticos e excomungados, declarou a Santa Sé em nota.

A Igreja Católica chamou a nomeação de quatro novos bis-

pos pelo grupo tradicionalista de "ato de natureza cismática", isto é, de dissidência.

"Os ministros sagrados da Fraternidade Sacerdotal São Pio X administram os sacramentos de forma ilícita; o sacramento da penitência por eles administrado e o matrimônio por eles assistido são inválidos", detalhou.

Os bispos da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, Alfonso de Galarreta e Bernard Fellay, bem como os bispos recém-consagrados, incorreram "ipso facto" na excomunhão "latae sententiae".

Os padres Pascal Schreiber, da Suíça; Michael Goldade, dos Estados Unidos; Michel Poin-

net de Sivry e Marc Hanappier, ambos da França, foram promovidos ao episcopado à revelia do Vaticano.

O Vaticano finaliza a mensagem afirmando que "a Igreja, como mãe atenciosa, acolherá com sincero afeto e viva solicitude todos aqueles que desejam retornar à plena comunhão".

Nota**STJ MANTÉM PRISÃO DA INFLUENCIADORA DEOLANE BEZERRA**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu negar o habeas corpus protocolado pela defesa da influenciadora digital Deolane Bezerra. A decisão foi proferida nessa quarta-feira (1º) pelo ministro Ribeiro Dantas. O despacho está em segredo de Justiça e não foi divulgado. Deolane foi presa no dia 21 de maio em uma operação conjunta do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Civil. Ela foi alvo da Operação Vêrnix e é acusada de praticar atos de lavagem de dinheiro para a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). De acordo com a

investigação, Deolane fez movimentações financeiras expressivas e tinha conexão com a cúpula da organização criminosa. No final do mês passado, a influenciadora e detento Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola, um dos líderes do PCC, viraram réus pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Marcola está preso na Penitenciária Federal de Brasília. Deolane Bezerra tem 38 anos e é conhecida por ostentar sua riqueza nas redes sociais. Ela tem mais de 20 milhões de seguidores nas redes sociais. Ela ficou conhecida após a morte trágica de seu então marido, o funkeiro MC Kevin, em maio de 2021, que caiu da varanda do quinto andar de um hotel no Rio de Janeiro.

CÂMARA

Comissão aprova PEC que cria Fundos para Sul e Sudeste

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria fundos constitucionais para o Sul e o Sudeste. A proposta ainda amplia, em um ponto percentual (p.p.), os recursos repassados, pela União, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A PEC 231 de 2019 ainda precisa ser aprovada no plenário da Câmara e depois deve ser analisada no Senado. Relatada pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), ela permite que produtores e municípios do Sul e Sudeste usem recursos dos fundos criados para acessar linhas de crédito com juros menores para projetos produtivos e de infraestrutura.

“A criação dos Fundos Constitucionais de financiamento para as Regiões Sul e Sudeste representa um passo necessário para a consolidação de uma política de desenvolvimento regional verda-

deiramente isonômica e alinhada ao princípio constitucional da redução das desigualdades”, escreveu o relator da PEC.

O relator Arnaldo Jardim estima que a criação dos dois fundos, mais o aumento dos repasses ao FPM, terá um impacto financeiro de R\$ 49,67 bilhões em dois anos, sendo R\$ 16,0 bilhões, em 2027, e 33,6 bilhões, em 2028. O Ministério da Fazenda não se manifestou publicamente sobre essa PEC.

FUNDOS

Atualmente, o Artigo 159 da Constituição prevê recursos para fundos regionais do Norte, Centro Oeste e Nordeste, criados como mecanismos para reduzir as desigualdades regionais do Brasil.

A PEC aprovada em Comissão na Câmara inclui no dispositivo constitucional 1% das receitas da União com Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto Seletivo (IS) para Fundo da região Sul. Outro 1% da ar-

recadação desses tributos vai para o Fundo da região Sudeste, sendo 0,5% aplicados a partir de janeiro de 2027 e os outros 0,5% a partir de janeiro de 2028.

O relator Jardim argumentou que as regiões Sul e Sudeste, embora apresentem indicadores econômicos melhores, abrigam municípios com indicadores tão críticos quanto os encontrados em outras partes do país.

“Ressalta-se que a criação desses fundos não implica desvio de recursos de outras regiões, garantindo que os recursos adicionais sejam alocados para o Sul e Sudeste sem reduzir as transferências já existentes”, diz o relatório.

O deputado federal paulista argumentou ainda que as desigualdades no Brasil não seguem “exclusivamente fronteiras macrorregionais”.

“O Sudeste concentra a maior parte do PIB nacional, mas também abriga bolsões de pobreza em vales do Jequitinhonha, Mucuri e Ribeira, periferias metropolitanas e áreas rurais do Rio

de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, onde o acesso ao crédito produtivo é limitado e a infraestrutura social e econômica é precária”, escreveu o deputado Jardim.

MUNICÍPIOS

A proposta aprovada em Comissão Especial ainda amplia os repasses ao FPM, destinados aos municípios, em 1 p.p. da arrecadação com IR, IPI e IS. O repasse adicional ocorreria todo mês de março.

“A proposta reconhece que os municípios, especialmente os de pequeno porte, altamente dependentes desses repasses, são a esfera federativa que mais diretamente enfrenta o déficit de infraestrutura, saúde, educação e assistência social”, diz o relatório de Arnaldo Jardim.

O deputado federal acrescentou que o fortalecimento do FPM beneficia as cidades com menor capacidade de arrecadação própria, “independentemente da unidade da federação em que estejam localizadas”.

MEIO AMBIENTE

BNDES busca mobilizar até R\$ 6 bi a mercado de crédito de carbono

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem o lançamento da segunda etapa do programa ProFloresta+, iniciativa para incentivar o mercado de crédito de carbono no país. O banco público ligado ao governo federal espera mobilizar até R\$ 6 bilhões com a nova fase.

Pelo programa, o BNDES atua em duas frentes. Em uma delas, faz o chamamento de empresas interessadas em adquirir crédito de carbono e organiza leilão de compra dos créditos, que representam uma forma de compensação ambiental.

Na outra ponta, o banco poderá financiar os projetos de recuperação que criam os créditos ambientais, ou seja, oferecer crédito para quem plantar árvores. O banco espera alcançar até 60 mil hectares de vegetação restaurados. Essa área é 38% superior à dimensão da cidade de Curitiba.

O anúncio de lançamento foi no 1º Fórum Econômico da Transformação Ecológica Brasileira, organizado pelo banco, na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

CARBONO

O dióxido de carbono (CO2), também chamado de gás carbônico, é um dos principais causadores do efeito estufa e contribui para aquecer a temperatura do planeta.

O mercado de carbono consiste na compra e venda de créditos para compensar passivos de poluição. Por exemplo, um projeto ambiental que refloresta áreas desmatadas ou preserva a natureza contribui para evitar que o CO2 chegue à atmosfera – é o chamado sequestro de carbono.

Esse sequestro de carbono se transforma em crédito que pode ser negociado. Na outra ponta do mercado, empresas

que mantêm atividade econômica que contribuem para a emissão de CO2 podem comprar os créditos, realizando assim uma compensação ambiental.

INTERESSADAS

O BNDES estima que o volume de poluente capturado da atmosfera na nova fase do ProFloresta+ possa chegar em 19 milhões de toneladas de CO2.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, lembrou que a etapa anterior do programa, lançada em março de 2025, foi “ancorada” pela Petrobras, isto é, a empresa de petróleo se comprometeu a gastar R\$ 450 milhões na compra de créditos de carbono. Na ocasião, a restauração ambiental precisava ser na Amazônia.

Mercadante destacou que na nova versão, o banco espera receber companhias de outros setores que precisem compensar as próprias emissões de carbono.

“Empresas de petróleo, de gás, de óleo, siderúrgicas, empresas químicas, empresas que têm meta de descarbonização”.

Segundo ele, grandes empresas internacionais também “estão vindo para contratar crédito de carbono no Brasil”.

Na nova etapa do programa, a restauração vegetal pode ser em todos os biomas do país.

DESENVOLVIMENTO

Ao comentar políticas públicas do governo para conservação ambiental, o ministro do Meio Ambiente e Mudança de Clima, João Paulo Ribeiro Capobianco, afirmou que não há contradição entre a agenda do meio ambiente e do desenvolvimento.

“Um esforço que fizemos foi integrá-las”, disse o ministro, que era secretário-executivo da pasta até a renúncia da então ministra Marina Silva.

NORDESTE

Lula inaugura túnel de transposição das águas do São Francisco no RN

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) disse ontem que a chegada das águas do São Francisco ao Rio Grande do Norte é a realização de um sonho dos retirantes que foram obrigados a migrar para o Sudeste do país a fim de fugir da fome e da seca.

O presidente participou da inauguração, na cidade de Luís Gomes, do Túnel Major Sales, que conecta as águas do São Francisco na Paraíba ao oeste potiguar.

“Sempre disse que a seca é um fenômeno da natureza, que a gente não briga com a natureza. Mas a fome, por conta da seca, é falta de credibilidade, de caráter de quem governa o país ou os estados.”

O presidente lembrou que ideia de fazer a transposição das águas do São Francisco remonta ao período do Império, mas que nenhum governante havia tentado executar esse trabalho, até que ele próprio decidiu iniciar as obras, em 2005.

“De 1846 a 2005, nunca deixaram fazer essa obra. Mas também nunca se importaram com a quantidade de mães, pais e crianças que saíam da sua terra natal, iam tentar a sorte em São Paulo, Rio de Janeiro e que muitas vezes morriam sem conseguir realizar o sonho”, destacou.

Com 6,5 quilômetros de extensão e capacidade para transportar até 20 metros cúbicos de água por segundo, o Túnel Major Sales faz parte do ramal Apodi, e é considerado o trecho



mais complexo da obra de transposição ligado ao ramal.

Com 115,5 quilômetros de extensão, o ramal do Apodi beneficiará cerca de 750 mil pessoas em 54 municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Mais cedo, o presidente sobrevooou de helicóptero as obras do Ramal do Apodi. Durante o percurso, ele chegou a ver a água percorrendo o canal. Lula disse que, por um erro de cálculo da empresa responsável pela obra, impediu que a água chegasse a tempo ao Túnel Major Sales para a inauguração. A previsão é de que isso ocorra na noite desta quinta-feira.

Durante seu discurso, o presidente instou o prefeito de Luís Gomes, Carlos Augusto de Pehna, a chamar a população para aguardar a chegada das águas, prevista para a noite desta quinta-feira. “Gostaria que você e todos os prefeitos da região estivessem na frente deste canal e lavassem o rosto, os pés. Pode ficar certo que essa água é uma bênção para o povo do Nordeste.”

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, disse que a obra representa a simbologia da dignidade e esperança. Ao falar para a população, ela lembrou seu passado no sertão, quando não havia água e ela tinha que acordar de madrugada

para buscar uma cacimba de água em lugares distantes.

“Quando a gente olha esse o túnel, ele é o meio das águas saírem da Paraíba e entram no Rio Grande do norte. É uma simbologia de passagem, como se a gente deixasse para trás aquele passado de escassez e sofrimento.”

Durante sua agenda no Rio Grande do Norte, o presidente participou ainda da cerimônia de entrega de 20 ônibus escolares do programa Caminho da Escola. Segundo o governo, a entrega tem potencial para beneficiar aproximadamente 1.030 estudantes por viagem, especialmente nas áreas rurais.

TRANSPORTE

Ferrovia Transnordestina, entre CE e PI, atinge 82% de obra concluída

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A construção da primeira fase da ferrovia Transnordestina, no ramal que conecta o interior do Piauí ao litoral do Ceará, atingiu 82% de obras físicas concluídas.

O trecho mais recente, de pouco mais de 100 quilômetros (km), entre as cidades cearenses de Acopiara e Quixeramobim, foi inaugurado nesta quinta-feira (2), em um evento que contou com a

presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador Elmano de Freitas. “Essa é uma estrada de ferro vital para a perspectiva de desenvolvimento dessa região”, afirmou Lula na cerimônia em Quixeramobim.

Considerada a maior obra de infraestrutura linear em execução no país, a Transnordestina terá 1.206 quilômetros de extensão, ligando Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), e atravessará 53

municípios nordestinos, incluindo o oeste de Pernambuco, pela cidade de Salgueiro. Com a entrega dos novos trechos, a ferrovia passa a contar com 777 quilômetros de infraestrutura física finalizada, de acordo com o Ministério dos Transportes. A previsão é que o total de 1,2 mil km de trilhos esteja concluído até o fim do ano que vem. Segundo o governo federal, o investimento total na obra está estimado em R\$ 15 bi-

lhões, com R\$ 9,8 bilhões desembolsados até março de 2026.

A agenda desta quinta também marcou a entrega de 100 vagões graneleiros destinados ao transporte de grãos e fertilizantes e o anúncio da produção de outros 370 vagões. Além disso, foi assinada a ordem de serviço do Ramal Nelog, que fará a ligação da ferrovia ao Terminal de Uso Privado (TUP) Nelog, no Complexo do Pecém.

LIMEIRA

Mulher que organizou rope jump é indiciada pela morte de jovem

EDERSON HISING/AE

Evelyne dos Santos Gonçalves, de 43 anos, organizadora do evento de rope jump no qual ocorreu o salto que resultou na morte da jovem Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, em Limeira (SP), foi indiciada pela Polícia Civil por homicídio qualificado por motivo torpe e fraude processual. A polícia também pediu à Justiça a conversão da prisão temporária de Evelyne em preventiva, ou seja, por tempo indeterminado. A defesa dela diz que discorda do indiciamento.

O segundo inquérito do caso foi concluído na terça-feira passada, pela delegada Andréa Dantas Levy. No relatório final do inquérito, ao qual o Estadão teve acesso ontem, ela deixou de indiciar, por falta de provas, dois suspeitos que participaram do evento do salto e que estão presos temporariamente. Por isso, a delegada pediu à Justiça que as prisões de João Antonio Pivetta Ribeiro da Silva, de 35 anos, e Gabriel Barros Martins, de 30 anos, cumpridas em 20 de junho, sejam revogadas.

No primeiro inquérito, concluído em 22 de junho, a polícia já havia indiciado por homicídio com dolo eventual quando não há intenção, mas

se assume o risco de matar - os três instrutores que aparecem no vídeo lançando Maria Eduarda sem cordas de cima da Ponte do Esqueleto. Luis Felipe Feliciano Egoroff, de 32 anos, Maicon Fernandes Cintra, de 42 anos, e Vitor de Freitas Gonçalves, de 27 anos, estão presos preventivamente em Guarulhos (SP).

O salto que matou a jovem aconteceu em 13 de junho. A corda que deveria estar presa ao corpo de Maria Eduarda foi esquecida no chão pela equipe organizadora. Vídeos publicados em redes sociais mostram que, assim que a jovem foi arremessada de uma altura de 40 metros, algumas pessoas que aguardavam o salto perceberam a falta do equipamento e se desesperaram. O socorro chegou a ser acionado, mas ela morreu no local.

No relatório final do segundo inquérito, a delegada afirmou que ficou amplamente demonstrado por laudos periciais, depoimentos, registros em vídeo e outros elementos que Maria Eduarda “foi submetida à atividade conhecida como ‘aviãozinho’, sem que estivesse devidamente conectada ao sistema de segurança destinado à proteção contra quedas, circunstância que culminou diretamente em seu óbito”.

EUROPA

Merz: dependência entre aliados da Otan e os EUA é via de mão dupla

GEOVANNA HORA/AE

O chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, afirmou ontem, que a dependência entre aliados europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e os Estados Unidos é uma via de mão dupla, o que desagradou o presidente americano, Donald Trump.

Segundo Trump, os EUA gastaram US\$ 999 bilhões com a aliança entre 2014 e 2025, enquanto, no mesmo período, o Reino Unido gastou US\$ 90,5 bilhões, a França gastou US\$ 66,5 bilhões, a Itália gastou US\$ 48,8 bilhões e a Polônia gastou US\$ 44,3 bilhões. "Outros países, incluindo a Alemanha, gastam MUITO MENOS. Ridículo", acrescentou Trump.

Em uma entrevista coletiva ao lado do secretário-geral da Otan, Mark Rutte, e do ministro da Defesa da Alemanha, Boris Pistorius, em Berlim, Merz defendeu que a aliança precisa "se tornar mais europeia para continuar sendo transatlântica". "Não fizemos o suficiente nos últimos anos, mas agora estamos fazendo mais."

O chanceler disse que a mudança de postura não ocorre "para atingir algum número quase mítico que o presidente dos EUA estabeleceu", mas porque isso seria do interesse da Europa e "a coisa certa a fazer".

Merz afirmou que Washington é um parceiro "em igualdade de condições" entre os 32 integrantes da Otan. "Estamos bastante confiantes de que, na próxima semana, diremos aos EUA que eles dependem de nós, assim como nós dependemos deles. E, juntos, estamos prontos e somos capazes de nos defender", acrescentou.

O desentendimento ocorre a menos de uma semana da cúpula que reunirá os líderes da Otan em Ancara, na Turquia, na próxima terça-feira, 7, e quarta-feira, 8.

Na reunião do ano passado, os integrantes da aliança con-

cordaram em aumentar a meta de gastos com defesa para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, após pressão de Trump, que exigiu que as nações europeias e o Canadá investissem mais para fortalecer a aliança.

Na quarta-feira, Merz afirmou que a Alemanha aumentará significativamente os gastos com defesa até 2029 e que o país atingirá a meta de 3,5% do PIB três anos antes do prazo estabelecido na última cúpula da Otan. "Faremos isso juntos. Não queremos que ninguém siga sozinho. Queremos cooperação transatlântica e europeia", disse.

O chanceler destacou que, na semana passada, se reuniu com líderes dos países da coalizão informal de defesa E5, formada pelas cinco maiores potências militares da Europa: Alemanha, França, Itália, Polônia e Reino Unido. Ele afirmou ainda que, na sexta-feira, 3, se reunirá com representantes da Estônia, Letônia e Lituânia para "enviar uma mensagem de unidade e força como parceiros europeus antes da cúpula da Otan".

Essa não foi a primeira vez que Merz e Trump divergiram. Em abril, o chanceler afirmou que os EUA não tinham "uma estratégia realmente convincente nas negociações" com o Irã para pôr fim à guerra no Oriente Médio. "O problema com conflitos como este é sempre o seguinte: não basta entrar, é preciso também sair", disse.

O presidente não gostou do comentário e reagiu, afirmando que Merz "não sabe do que está falando" e acusando-o de "achar que não há problema em o Irã ter uma arma nuclear". Na mesma semana, Trump voltou a atacar o alemão, dizendo que ele deveria dedicar mais tempo "a consertar os problemas do seu país, especialmente nas áreas da imigração e da energia".

HAMAS

Ataque em Israel completa mil dias e Gaza vive futuro incerto

O ataque do grupo terrorista Hamas, que matou 1,2 mil pessoas e fez 251 reféns em Israel, em 7 de outubro de 2023, e desencadeou a guerra na Faixa de Gaza, completou 1.000 dias ontem. Outros conflitos surgiram na região, e acordos de cessar-fogo frágeis carregam as marcas de ataques persistentes. Tanto israelenses quanto palestinos estão desgastados pela pressão.

O destino de mais de 2 milhões de palestinos em Gaza, em sua maioria deslocados e vivendo em meio às ruínas, permanece incerto. As forças israelenses controlavam mais da metade do território sob o cessar-fogo que entrou em vigor em 10 de outubro, mas o governo de Israel ampliou essa área e afirma que pretende manter 70% do território.

Todos os reféns ou restos mortais das vítimas do ataque de 7 de outubro de 2023 já foram libertados ou entregues pelo grupo terrorista. Sobreviventes relataram fome prolongada, abusos físicos e psicológicos e, em alguns casos, violência sexual.

A retaliação de Israel matou um total de 73.066 palestinos até terça-feira, 30, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. Apesar do cessar-fogo, poucas pessoas conseguem entrar ou sair de Gaza. As etapas seguintes do acordo, incluindo o desarmamento do Hamas e a

imensa tarefa da reconstrução, permanecem paralisadas.

"É preciso fazer muito mais para que sequer uma aparência de normalidade possa voltar, e estamos muito, muito longe disso", disse nesta semana Nicolas von Arx, diretor regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

PALESTINOS MORTOS

Os ataques israelenses diminuíram consideravelmente desde que o cessar-fogo entrou em vigor, mas continuam ocorrendo quase diariamente.

O Ministério da Saúde de Gaza contabilizou 1.053 palestinos mortos desde o início do cessar-fogo até terça-feira, incluindo mais de 350 mulheres e crianças. Nos últimos dias, entre as vítimas estavam uma adolescente a caminho da escola e uma mãe com sua filha de 1 ano.

"Onde está esse cessar-fogo de que eles tanto falam? Vergonha deles", disse nesta semana a palestina Wisal Abu Khater a após mais um ataque mortal, criticando os árabes que, segundo ela, abandonaram a população de Gaza e estão ocupados assistindo aos jogos da Copa do Mundo.

Na quarta-feira passada, as Nações Unidas alertaram que a expansão israelense em Gaza aumenta os riscos fatais para civis em "áreas sem demarcação clara no terreno".

VENEZUELA

Homem é resgatado após ficar oito dias preso sob escombros

Um homem foi resgatado ontem, depois de sobreviver oito dias sob os escombros de um prédio na "zona de desastre" na Venezuela.

Hernán Gil, de 43 anos, estava preso no subsolo do shopping Galerías Playa Grande, em Catia La Mar, no Estado de La Guaira, classificado pela presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, como "zona de desastre", por ter sido a região mais afetada pelos dois terremotos consecutivos que atingiram o país em 24 de junho.

Ele trabalhava como vigilante noturno no centro de compras e estava dentro de sua cabine quando o primeiro tremor ocorreu. Enquanto o prédio desabava, a cabine resistiu, protegendo-o dos escombros e criando

uma importante bolsa de ar.

"Quando o encontramos, ele pediu que não contássemos à esposa que estava vivo, caso não sobrevivesse", disse o socorrista da Cruz Vermelha da Costa Rica Minyar Collado à Associated Press. "Jamais o deixaríamos aqui", acrescentou.

A mulher de Gil, Gusbimar González, acompanhou de perto a operação de resgate. Ela disse à Associated Press que passou dias em desespero antes de saber que os socorristas haviam entrado em contato. "Quando soube que ele estava vivo, vi um raio de luz na escuridão", afirmou. O casal tem dois filhos, de 8 e 10 anos.

Uma equipe especializada da Cruz Vermelha da Costa Rica detectou os primeiros sinais de vida e estabeleceu contato com

o homem no domingo. A operação de resgate de Gil começou na segunda-feira, e contou com equipes da Venezuela, Estados Unidos, El Salvador, Costa Rica, Portugal, México e Chile.

Os profissionais escavaram por mais de três dias para libertá-lo, ao mesmo tempo que forneciam água e ar por meio de sondas e de uma mangueira. Na última fase da operação, quase 30 pessoas trabalharam sem descanso no estacionamento do edifício para retirar os escombros, enquanto dois socorristas cavavam um túnel de três metros.

Durante toda a operação, ele foi orientado pela bombeira chilena María Paz Campos. Em um vídeo divulgado pelos Bombeiros do Chile horas antes do resgate, Gil aparece de senhando, aparentemente para

passar o tempo. María Paz então lhe pede gentilmente que olhe para a câmera e use óculos de proteção.

"Preciso que você mantenha os óculos de proteção, por causa das pequenas partículas que estão caindo, para evitar que elas entrem nos seus olhos", disse a bombeira ao sobrevivente venezuelano.

Na quinta-feira, Gil foi retirado dos escombros sob aplausos e abraços dos socorristas. Ele foi colocado em uma maca, com máscara de oxigênio, e encaminhado a uma ambulância da Cruz Vermelha, que o levou a Caracas, a 40 quilômetros de distância.

Uma semana após os tremores, a Venezuela já registra 2.295 mortos e 11 mil feridos, além de milhares de desaparecidos.

DIPLOMACIA

França suspende exigência de visto para brasileiros na Guiana Francesa

Brasil e França oficializaram na quarta-feira passada a suspensão, a partir de 31 de julho, da exigência de visto para a entrada de cidadãos brasileiros na Guiana Francesa. O acordo foi assinado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e pelo ministro francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Jean-Noël Barrot, durante encontro no Itamaraty. A medida faz parte de um plano de ação para aprofundar a cooperação bilateral em segurança pública na fronteira entre Brasil e Guiana

Francesa, com o objetivo de combater o crime organizado transnacional na região.

Segundo Mauro Vieira, a isenção de visto representa um avanço nas relações entre os dois países e atende a uma reivindicação antiga das populações que vivem na região de fronteira.

"Trata-se de um marco histórico nas nossas relações que atende aos anseios das populações, tanto do lado do Brasil, em especial do estado do Amapá, quanto do lado da Guiana", afir-

mou o ministro. Ele disse que a medida deverá incentivar a circulação regular de pessoas entre os dois territórios, estimular o desenvolvimento regional e contribuir para o enfrentamento da criminalidade.

"A isenção do visto incentivará a travessia legal e contribuirá para o desenvolvimento do Amapá e da Guiana. Contribuirá também com o combate ao crime na fronteira, proporcionando maior registro e coleta de informações", disse.

Durante a cerimônia, Jean-

Noël Barrot afirmou que Brasil e França compartilham não apenas uma fronteira, mas também a responsabilidade de garantir a segurança das populações locais, proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento da região transfronteiriça.

Além da agenda de segurança, os chanceleres discutiram o fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e França nas áreas de defesa, indústria, inovação, energia, minerais críticos e supercomputação.

NORD STREAM

Promotores alemães acusam ex-oficial da Ucrânia por explosões em gasodutos

Os promotores federais alemães apresentaram acusações ontem, contra um ex-oficial do exército ucraniano por explosões submarinas que danificaram os gasodutos Nord Stream entre a Rússia e a Alemanha há quatro anos.

O suspeito, identificado apenas como Serhii K. de acordo com as regras locais de privacidade, enfrenta acusações de causar uma explosão, danificar propriedade, interromper serviço público e ser um "cúmplice de crimes de guerra" ao atacar objetos civis, disseram os promotores em um comunicado.

As explosões submarinas em 26 de setembro de 2022 danifi-

caram gasodutos que foram construídos para transportar gás natural russo para a Alemanha sob o Mar Báltico.

Elas aumentaram as tensões sobre a guerra na Ucrânia, à medida que os países europeus se moviam para se desvencilhar das fontes de energia russas, após a invasão em grande escala da Ucrânia pelo Kremlin em fevereiro de 2022.

Os promotores dizem que o objetivo do plano era interromper permanentemente as entregas de gás através dos gasodutos e impedir que a Rússia usasse as receitas do comércio de gás natural para financiar suas operações militares.

O suspeito foi detido em agosto em uma vila italiana, onde os oficiais invadiram um bangalô onde ele estava hospedado com sua família. A polícia disse que ele se rendeu sem resistência. Ele foi extraditado para a Alemanha em novembro.

Serhii K. e outros supostamente usaram um iate que partiu do porto alemão de Rostock, que havia sido alugado de uma empresa alemã usando documentos falsificados e com a ajuda de intermediários.

As explosões romperam o gasoduto Nord Stream 1, que era a principal rota de fornecimento de gás natural da Rússia para a Alemanha até Moscou cortar os

suprimentos em agosto de 2022. Elas também danificaram o Nord Stream 2, que nunca entrou em serviço porque a Alemanha suspendeu seu processo de certificação pouco antes da invasão da Rússia.

A Rússia acusou os EUA de encenar as explosões, uma acusação que Washington negou. Os gasodutos foram por muito tempo alvo de críticas pelos EUA e alguns de seus aliados, que alertaram que eles aumentavam a dependência do gás russo.

Conteúdo traduzido com auxílio de Inteligência Artificial, revisado e editado pela Redação do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

DOIDO DE PEDRA

Donald Trump publica vídeo de IA em que aparece como médico e 'cura' celebridades

RARIANE COSTA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a usar conteúdos produzidos por inteligência artificial (IA) em suas redes sociais ao publicar um vídeo satírico no qual interpreta um médico que trataria celebridades da chamada "Síndrome de Desarranjo Trump".

A peça mostra versões artificiais de artistas como Whoopi Goldberg, Robert De Niro, Rosie

O'Donnell, Julia Roberts, John Leguizamo e Edward Norton. Nos depoimentos fictícios, os personagens afirmam ter sofrido durante anos com a suposta condição e relatam melhora após o "tratamento" atribuído a Trump que aparece vestindo um jaleco branco e com um estetoscópio no pescoço.

A publicação se soma a uma série de montagens já compartilhadas pelo presidente nos últimos meses. O uso recorrente de imagens e vídeos gerados por IA já provocou críticas de adversários e de parte de seus aliados.

O episódio de maior repercussão ocorreu em abril, quando Trump divulgou uma imagem em que aparecia representado como Jesus Cristo, durante um período de atritos públicos com o papa Leão XIV. Depois da reação de líderes religiosos, usuários das redes sociais e integrantes do Partido Republicano, a publicação foi apagada.

Trump também divulgou imagens que mostravam ele e integrantes de seu governo no espelho d'água do Memorial Lincoln, além de uma caricatura em que aparecia ao lado do

ex-presidente Barack Obama e da ex-secretária de Estado Hillary Clinton enquanto uma terceira pessoa assinava o que parecia ser um documento presidencial.

Durante o conflito entre Israel, Estados Unidos e Irã o presidente teve postura semelhante. Na ocasião, Trump compartilhou imagens e vídeos produzidos por IA para criticar o governo iraniano e exaltar a ofensiva militar americana, além de publicar montagens com mensagens de apoio às ações de Washington no Oriente Médio.